Sancionado repasse de R$ 2,2 milhões para combate à corrupção

Recursos ajudam a dar musculatura ao Fundo de Combate à Corrupção, usado para equipar e melhorar a atuação dos órgãos de controle – na prevenção, fiscalização e repressão –, auxiliar os municípios no combate à corrupção e promover treinamento constante dos agentes públicos para evitar ilícitos

O governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou nesta segunda-feira (26) o repasse de R$ 2,2 milhões para a Controladoria-Geral do Estado (CGE) fortalecer a gestão do Fundo de Combate à Corrupção, criado no ano passado. Os recursos do crédito especial serão usados para despesas com diárias, passagens, materiais de consumo, serviços terceirizados, e obrigações tributárias e contributivas dessa reserva financeira, além da aquisição de mobiliário e de um imóvel para a sede da CGE.

O montante ajuda a dar musculatura para o Fundo de Combate à Corrupção, que é composto por recursos provenientes de acordos de leniência, contratos da CGE e multas aplicadas no âmbito da Lei Anticorrupção. Esse fundo é usado para equipar e melhorar a atuação dos órgãos de controle – na prevenção, fiscalização e repressão –, auxiliar os municípios no combate à corrupção e promover treinamento constante dos agentes públicos para evitar ilícitos.

"É um recurso extraordinário para continuar com as políticas de combate à corrupção, compliance, integridade e ética no serviço público. O Governo do Estado tem um compromisso com gestão eficiente, técnica e comprometida com as políticas públicas. Queremos irradiar esse exemplo para todo o Paraná", afirmou Ratinho Junior.

A nova lei também é parte da reestruturação administrativa que está sendo implementada desde 2019, com enxugamento de cargos e despesas, e redirecionamento de recursos para áreas essenciais da gestão pública. A CGE é o órgão responsável pela auditoria na folha de pagamento dos servidores e por promover mais transparência nos atos e nas obras públicas.

"A aprovação do orçamento para o Fundo de Combate à Corrupção é importante para o processo de reestruturação administrativa. A CGE é o órgão responsável por esse processo de controle interno. Esses recursos do fundo trarão melhorias nos sistemas, nas ferramentas, nos processos. Eles estão sendo empregados no próprio combate à corrupção", disse o controlador-geral do Estado, Raul Siqueira.

COMPLIANCE

Parte essencial do combate aos ilícitos e ao desvio de dinheiro público é o trabalho diário de compliance da CGE. O programa já foi implementado em 13 secretarias e órgãos públicos, com mais de 3,4 mil servidores entrevistados, 245 formulários registrados, 487 denúncias analisadas e três recomendações pontuais, dentro da política de mitigação de riscos.

Na prática, o programa é um conjunto de métodos e técnicas para prevenir e descobrir práticas irregulares, como fraudes, subornos e desvios de conduta. A aplicação do modelo, comum na iniciativa privada, foi feita de forma inédita no Paraná. A ideia está sendo desenvolvida em etapas, como identificação dos riscos, matrizes de responsabilidade e criação de planos específicos de integridade.

Fonte: aen.pr.gov.br

UEPG e UEL encerram inscrições para o vestibular nesta semana

Juntas, as instituições ofertam 4,5 mil vagas em 91 cursos de graduação. Na UEPG os candidatos têm até quinta-feira (29) para se inscrever no processo seletivo e na UEL o prazo termina na sexta (30).
ermina nesta semana o período de inscrições para os vestibulares das universidades estaduais de Ponta Grossa (UEPG) e de Londrina (UEL). Juntas, as instituições ofertam 4,5 mil vagas em 91 cursos de graduação.

Na UEPG, os candidatos têm até quinta-feira (29) para se inscrever no processo seletivo pelo link http://cps.uepg.br/vestibular. Em virtude da pandemia da Covid-19, as provas que estavam previstas para 6 e 7 de dezembro serão realizadas em 7 e 8 de março de 2021.

O coordenador da Coordenadoria de Processos de Seleção (CPS) da UEPG, Edson Luis Marchinski, destacou que o vestibular foi alterado para que haja maior democratização do acesso. "Tivemos que nos reinventar, buscando formas para manter o acesso à universidade o mais universal possível". O resultado será divulgado em 31 de março de 2021. São ofertadas 1.433 vagas em 39 cursos de graduação.

Na UEL, os estudantes têm até sexta-feira (30) para fazer a inscrição no site da Coordenadoria de Processo Seletivos (Cops) mediante preenchimento do formulário, upload de foto 3X4 e do documento de identidade.

O formato da prova também foi alterado, com a aplicação do Vestibular 2021 em um único dia. Serão duas provas: uma de Conhecimentos, com 50 questões e a outra de Redação, com tema único.
A primeira será dividida em Conhecimentos Gerais (36 questões), Língua Portuguesa e Literatura (10 questões) e Língua Estrangeira (4 questões), que, conforme escolha do candidato no momento da inscrição, poderá ser Inglês, Espanhol ou Francês.

A UEL oferecerá 2.564 vagas, em 52 cursos de graduação. Outras 581 vagas serão ofertadas por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), totalizando 3.145 vagas em 2021. O resultado será divulgado em 30 de abril de 2021, no site da Cops, com a lista dos aprovados em 1ª convocação.

Fonte: aen.pr.gov.br

Parques estaduais recebem R$ 30 milhões para ações de conservação

Montante investido é só deste ano. Recursos são provenientes de medidas compensatórias no acumulado de cinco anos e foram utilizados em diversas ações nas 71 Unidades de Conservação do Paraná em 2020.

O Governo do Paraná destina neste ano R$ 30 milhões em conservação dos parques estaduais. As ações são do Instituto Água e Terra (IAT), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo.

O montante de recursos foi destinado à contratação de Planos de Manejo para 16 Unidades de Conservação, regularização fundiária, compra de equipamentos de prevenção e combate a incêndio em áreas de preservação, além de adequação de infraestrutura e um convênio com o Batalhão da Polícia Ambiental – Força Verde e o Corpo de Bombeiros.

O investimento segue a linha de medidas compensatórias para empreendimentos realizados em áreas de preservação natural que geram impacto ambiental significativo. Este é um recurso acumulado por cinco anos, que o IAT utiliza para executar as ações de compensação ambiental.

AÇÕES FUTURAS

Além do investimento, nesta semana foi finalizado o diagnóstico das 71 Unidades de Conservação, documento que se constitui em um plano de ações futuras para as unidades.

O diagnóstico levantou as particularidades acerca de recursos naturais e humanos, infraestrutura, equipamentos, uso público, plano de manejo, gestão e, por fim, o inventário patrimonial de cada unidade.

O documento é uma base de dados para subsidiar as políticas públicas na área de conservação ambiental. "A elaboração deste documento é um acontecimento histórico para o Paraná. Isso reforça que é um Estado preocupado com meio ambiente e com o futuro da biodiversidade", afirma o secretário do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Márcio Nunes.

De acordo com o diretor de Política Ambiental da Secretaria, Rasca Rodrigues, o diagnóstico dos parques foi baseado em fundamentos técnicos. "O documento é bem fundamentado por técnicos do IAT e acadêmicos, para que os trabalhos sigam além do desejado. Estamos vivendo um momento de planejamento de estratégias para o futuro", disse ele.

UNIDADES

As 71 Unidades de Conservação Estaduais são gerenciadas pelo IAT. Destas, 55 são áreas de proteção integral e 16 são classificadas como áreas de uso sustentável, totalizando mais de 1 milhão e 200 mil hectares

"Temos Unidades de Conservação que têm prioridades diferentes em relação a necessidades ambientais, sociais e econômicas. Desta forma, com a ferramenta do diagnóstico, é possível manejar recursos de maneira mais eficiente para cada uma delas", explica o diretor de Patrimônio Natural do IAT, Rafael Andreguetto.

Fonte: aen.pr.gov.br